



Câmara Municipal de Jaguariúna

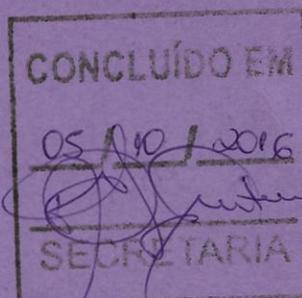
SECRETARIA

Processo Nº 071 Exercício de: 2016

ASSUNTO: Processo CM nº 071 de 2016. Dispõe sobre a
avaliação das Metas Fiscais da Prefeitura
Municipal de Jaguariúna - 2º Quadrimestre
de 2016.

Nome: Com. Perm. de Orçamento, Finanças e Contabilidade

AUTUAÇÃO



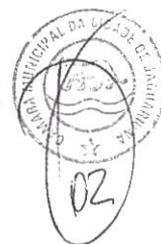
Aos 8 dias do mês setembro de 20 16, nesta cidade de Jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu, _____, Secretário, a subscrevi



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Secretaria de Administração e Finanças



Jaguariúna, 05 de Setembro de 2016.

A Sua Excelência Senhor
Presidente Adilson José Abruhez
Câmara dos Vereadores - Jaguariúna – SP

Assunto: **Audiência Metas Fiscais - 2º Quadrimestre/2016**

Senhor Presidente,

Em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal por intermédio deste, solicitamos a Vossa Senhoria o agendamento da Audiência de Metas Fiscais do 2º quadrimestre do exercício de 2016.

Atenciosamente,

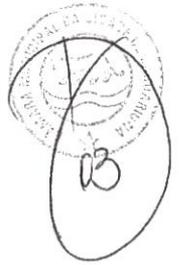
Wagner Ferreira de Brito
Diretor Depto. Adm.
e Financeiro

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	<u>707</u>
Fla Nº	<u>24/25</u> Livro Nº <u>034</u>
	<u>06/09/2016</u>
SECRETARIA	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 6 de setembro de 2016

Ofício nº374/2016.-PRE

Senhor Presidente,

Passamos às mãos de Vossa Excelência para análise desta Comissão, carta do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Administração e Finanças, que solicita convocação de Audiência Pública para **avaliação do cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre/2016**, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000.

Atenciosamente,


VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

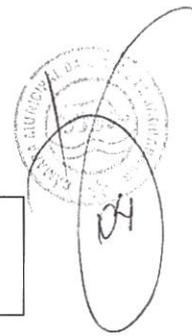
Ao Senhor
Vereador Luiz Carlos de Campos
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna – S.P.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 8 de setembro de 2016

Ao Senhor
Vereador Adilson José Abracez
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos de Vossa Excelência, a convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de 2016, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000, se possível na data de **28 de setembro corrente (quarta-feira), às 17h00**, nesta **Casa de Leis**.

Atenciosamente,

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO

Nº de Ordem 708
Fla Nº 25 Livro Nº 034
08/09/2016

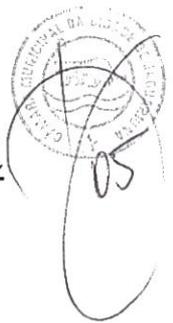
SECRETARIA

Rua Alfredo Bueno, 1189 – Centro – Telefones (19) 3847-4336
EMAIL – cmj@camarajaguariuna.sp.gov.br



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2016 **DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2016.-**

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 007/2016, a ocorrer no dia **28 de setembro de 2016 (quarta-feira), às 17h00**, na **Sala das Sessões desta Câmara Municipal** para:

- **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2016 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-**

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de setembro de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente



Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo



09 de Setembro de 2016

IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARINA

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2016
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2016.-

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguarina, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 007/2016, a ocorrer no dia **28 de setembro de 2016** (quarta-feira), às 17h00, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

- ☐ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2016 da Prefeitura Municipal de Jaguarina.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguarina, 8 de setembro de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA EILEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 19ª Sessão Ordinária, de 06/09/2016

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informações sobre a demora de uma ambulância buscar pacientes no AME na cidade de Atibaia, os quais esperaram por horas no local;
2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de não ter sido feita a manutenção da iluminação, entrega de Correios e reparos necessários no local onde o ônibus vira, no final das chácaras, na estrada de servidão, no Loteamento Santa Úrsula próxima à Empresa Engratec.

5. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na rua Figueira, no bairro Roseira de Baixo;
6. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na rua Nelson Fonseca da Luz, nº 220, no bairro Vila Primavera;
7. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal pintura e iluminação na quadra do Parque Luiz Barbosa, e fornecimento de materiais esportivos.

Mocções:

1. Do Sr. Luiz Carlos de Campos de pesar pelo passamento do Sr. Aparecido Bonadiman, ocorrido no último dia 20 de agosto, aos 86 anos de idade, nesta cidade;
2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres de pesar pelo passamento da Sra. Ester Cesaroni Faccio, ocorrido no dia 20 de abril do corrente ano, aos 68 anos de idade, nesta cidade;
3. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres de congratulações e louvor ao Cabo Prado e ao Cabo Oliveira, do Destacamento da Polícia Militar de nosso Município, pelo pronto atendimento à ocorrência que culminou no salvamento do bebê Artur, de 20 dias, no dia 14 de agosto do corrente;
4. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane de pesar pelo passamento do Sr. Tiago Silva Barros, ocorrido no dia 3 de setembro, aos 44 anos de idade, nesta cidade.

PORTARIA Nº 051 DE 2016.-

Extinque e arquia a Sindicância Processo nº 054/2016.

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguarina, Estado de São Paulo, etc... no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e tendo em vista o que consta nos autos do Processo CM nº 054/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Extinguir o Processo de Sindicância nº 054/2016 que foi criada visando apurar responsabilidades de servidores públicos ou agentes políticos referentes a PAGAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM CONTRATO OU ADITAMENTO – Empresa Fiorilli Sociedade Civil Ltda. Software e esta Câmara Municipal.

Atendimento _____

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Secretaria _____

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Secretaria _____

Conselho Tutelar _____

Terceira Idade (Raízes da vida) _____

Fundo Social de Solidariedade _____

Centro Dia do Idoso _____

SEGURANÇA PÚBLICA

Secretaria _____

S.O.S. Cidadão _____

Guarda Municipal _____

Detransp _____

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Secretaria _____

PAT _____ 3867-

EDUCAÇÃO

Secretaria _____

Alimentação Escolar _____

Administrativo _____

Educação Infantil _____

Ensino Fundamental _____

Transporte Escolar _____

Biblioteca Municipal _____

GABINETE

Secretaria _____

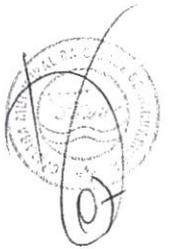
GOVERNO

Secretaria _____



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 9 de setembro de 2016

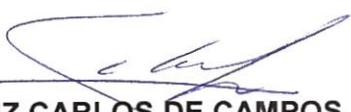
Ao Senhor
Fernando Pinto Catão
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Jaguariúna – S.P.

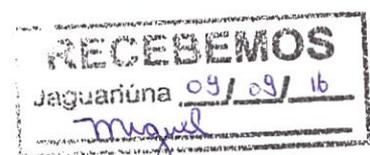
Prezado Senhor

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 28 de setembro de 2016, quarta-feira, às 17h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2ª Quadrimestre de 2016**.

Solicitamos que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre as Metas Fiscais, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Atenciosamente,


VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Câmara Municipal de Jaguariúna

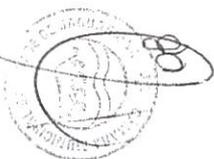
Estado de São Paulo

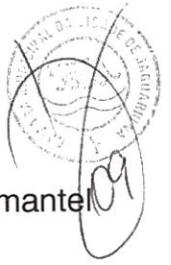
COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2016, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 28 de setembro de 2016, quarta-feira, às 17h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade. Câmara Municipal de Jaguariúna, setembro de 2016

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Ao Senhor
Jair Piva
Secretário de Obras e Serviços
Nesta

Ao Senhor
Flávio Paoliello Machado de Souza
Secretário de Planejamento e Habitação
Nesta

À Senhora
Viviane Bruno Ramalho
Secretária de Gabinete
Nesta

Ao Senhor
José Cláudio Klier Monteiro
Secretário da Saúde
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Educação
R: XV de Novembro, 563 – Santa Cruz
13820-000 – Jaguariúna – SP

Ao
Conselho Municipal de Segurança
Pça Peru, 141, Bairro Nova Jaguari
13820- 000 – Jaguariúna – SP

Ao
Cons.Mun. de Defesa do Meio Ambiente -
Nesta

Ao
Conselho Mun.Dir.Criança e do Adolescente
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Saúde
Nesta

Ao
Conselho Tutelar de Jaguariúna
Nesta

Ao Senhor
Tomaz de Aquino Pires
Coordenador da Casa da Memória
Padre Antonio Joaquim Gomes
Nesta

Ao Senhor
1º Ten.PM Luis Gustavo Ap. Tuckumante
Comandante do 1º PEL/PM
Nesta

À Sua Excelência o Senhor
Tarcisio Cleto Chiavegato
Prefeito Municipal
Nesta

À
Rádio FM Estrela
Av. Marginal, 600 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP

À Senhora
Zaira Palermo Bodini
Representante do Centro de Prof. Paulista
R. Cândido Bueno, 1073 – Aptº 22 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP.

Ao Senhor
Wilson Melilo
Presidente do Centro Equoterapia de
Jaguariúna
Cx Postal 62
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Edmir Bonfim
Dir. Presidente da Associação Carisma de
Educação, Cultura, Recuperação e
Integração Social Jaguariúna
Rua F – Quadra G – Lote 1 – Chácara Sto.
Antonio
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Carlos Gomes Pires
Pres.Grupo Escoteiro Jaguar
Rua: João Pires Germano, 121- Jardim Alice
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Associação Amigos do Padre Gomes
Rua Cel. Amâncio Bueno, 473- Centro
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor Vereador
Adilson José Abrucez
Nesta

Ao Senhor Vereador
Alexandre da Silva Santos
Nesta

Ao Senhor Vereador
Alfredo Chiavegato Neto
Nesta

Ao Senhor Vereador
Ângelo Roberto Torres
Nesta

Ao Senhor Vereador
David Hilário Neto
Nesta

Ao Senhor Vereador
Fábio Augusto Pina
Nesta

Ao Senhor Vereador
Gerson Antonio
Nesta

Ao Senhor Vereador
Luiz Carlos de Campos
Nesta

Ao Senhor Vereador
Luiz Gustavo Gothardo
Nesta

À Senhora Vereadora
Rita de Cássia Siste Bergamasco
Nesta

Ao Senhor Vereador
Rodrigo da Silva Blanco
Nesta

Ao Senhor Vereador
Romilson Nascimento Silva
Nesta

Ao Senhor Vereador
William de Souza Silva
Nesta

À Senhora
Olga Soriano Infante
Secretária de Assistência Social
Nesta

Ao Senhor
José Luís Seixas
Secretário Interino de Cultura e Turismo
Nesta

Ao Senhor
Dr. Agostinho E. Reis
Sec. de Segurança Pública
Nesta

Ao Senhor
Dimas Lúcio Pires
Secretário de Desenvolvimento Econômico e
Social
Nesta

Ao Senhor
José Roberto Chiavegato
Secretário de Educação
Nesta

Ao Senhor
Fernando Pinto Catão
Secretário de Administração e Finanças
Nesta

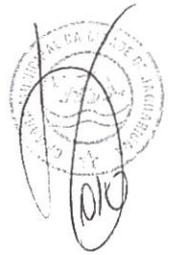
Ao
Departamento de Comunicação
Nesta

Ao Senhor
Irineu Gastaldo
Secretário de Gestão Ambiental
Nesta

Ao Senhor
Gustavo Durlacher
Secretário de Governo
Nesta

Ao Senhor
Antonio Bodini
Secretário de Esportes
Nesta

Ao Senhor
Romulo Augusto Arsufi Vigatto
Secretário dos Negócios Jurídicos
Nesta



Ao Senhor
Dr. Marcelo Grandinetti Adelino
Delegado Titular de Jaguariúna
Nesta

Ao Senhor
Laércio José Gothardo
Dir. Pres. Associação Santa Maria de Saúde-
ASAMAS -Hospital "Walter Ferrari"
R: Amazonas, 08- Dom Bosco
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Carlos Alberto S. Muraro
Superintendente da Associação Santa Maria
de Saúde- ASAMAS –
R: Amazonas, 08- Dom Bosco
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
13820000- Jaguariúna SP

Ao
Senhor Elias de Oliveira
Presidente do Clube dos Desbravadores
"Falcão da Colina"
R: Lanzoni, 168- Nassif
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Pastoral da Criança
R: Pires, 136- Nassif
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Comunitá Italiana de Jaguariúna
R: Maranhão, 104- São João
13820000- Jaguariúna

Ao
Presidente Associação Trilhos do Jequitibá
R: Candido Bueno, 1.299 sala 13 – centro
13820-000 Jaguariúna SP.

À
APAE - Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais
R: Amazonas, 1296- Mauá I
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Dr. Elmir Kalil Abi Chedid
Diretor das Estâncias Metrópolis Turismo e
Viação Ltda e da Expresso Metrópolis e
Viagens Ltda
Rua Testa, 280 – Jd. São Sebastião
13.820-000 - Jaguariúna – S.P.

À
Associação de Engenheiros, Arquitetos e
Agrônomos de Jaguariúna – AEAAJ.
13820-000 Jaguariúna SP.

À Senhora
Maria Auxiliadora Zanin
Vice Prefeita de Jaguariúna
NESTA

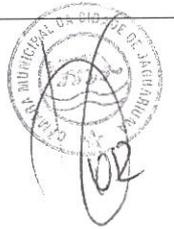
À Senhora
Maria do Carmo Santiago Leite
Presidente da OAB de Jaguariúna
R: Joaquim Bueno, 1273 – Centro
NESTA





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



16 de Setembro de 2016

16 de Setembro de 2016

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2016
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2016.-**

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 007/2016, a ocorrer no dia 28 de setembro de 2016 (quarta-feira), às 17h00, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2016 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de setembro de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 20ª Sessão Ordinária, de 13/09/2016

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do Sr. **Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres** solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a manutenção das estradas de terra de nossa cidade;
2. Do Sr. **Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres** solicitando ao Executivo Municipal informações se existe algum projeto para implantação de semáforo na rotatória do bairro Jardim Planalto e outro no balão entre as Avenidas Marginal e Luciano Vlademir Poltronieri;
3. Do Sr. **Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres** solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a limpeza dos bueiros existentes em todas as ruas do bairro Roseira de Cima, em especial das ruas Jabuticabeira e Amoreira;
4. Do Sr. **David Hilário Neto** solicitando à Direção Geral da ETEC manter, em Jaguariúna, as salas descentralizadas dos cursos de Técnico de Segurança do Trabalho e Logística;
5. Do Sr. **David Hilário Neto** solicitando ao Executivo Municipal informar se existe a possibilidade de reformular o Anexo X do Quadro de Salários da Prefeitura Municipal (Estatuto dos Servidores), onde trata dos "Bombeiros", igualando tal anexo ao da Guarda Municipal em níveis e classes – Anexo IX.

Indicações:

1. Do Sr. **William de Souza Silva - Zidane** solicitando ao Executivo Municipal que a rua Dr. João Roberto Pires B, no bairro Cruzeiro do Sul, seja transformada em via de única;
2. Do Sr. **William de Souza Silva - Zidane** solicitando ao Executivo Municipal reparos nas calçadas de paralelepípedos na rua Cel. Amâncio Bueno e rua Sílvia Bueno, no centro;

PORTARIA Nº 52 DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Fiscal de Contrato responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato e dá outras providências.

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ

Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc... no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senador **Jorge Alexandre de Campos Lacerda Ortiz**, portador do sob nº 7.306.108-6 e CPF nº 757.050.608-15 como Fiscal de Contrato abaixo descrito:

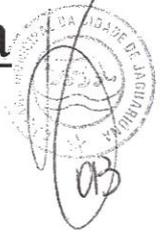
- Aquisição de equipamentos de informática - Processo Administrativo nº 349/2016.

Art.2º - O Servidor Fiscal autorizado deverá acompanhar a execução dos serviços.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



16 de Setembro de 2016

IMPrensa Oficial do Município de Jaguariúna

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2016
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2016.-**

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 080/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 007/2016, a ocorrer no dia **28 de setembro de 2016** (quarta-feira), às 17h00, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2016 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-**

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 8 de setembro de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 20ª Sessão Ordinária, de 13/09/2016

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Negueta Torres solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a manutenção das estradas de terra de nossa cidade;
2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Negueta Torres solicitando ao Executivo Municipal informações se existe algum projeto para implantação de semáforo na rotatória do balão do Jardim Planalto e outro no balão entre as Avenidas Marginal e Luciano Vlademir Poltronieri;
3. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Negueta Torres solicitando ao Executivo Municipal informar quando será feita a limpeza dos bueiros existentes em todas as ruas do bairro Roseira de Cima, em especial das ruas Jabuticabeira e Amoreira;
4. Do Sr. David Hilário Neto solicitando à Direção Geral da ETEC manter, em Jaguariúna, as salas descentralizadas dos cursos de Técnico de Segurança do Trabalho e Logística;
5. Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal informar se existe a possibilidade de reformular o Anexo X do Quadro de Salários da Prefeitura Municipal (Estatuto dos Servidores), onde trata dos "Bombeiros", igualando tal anexo ao da Guarda Municipal em níveis e classes – Anexo IX.

Indicações:

1. Do Sr. William de Souza Silva - Zidene solicita Executivo Municipal que a rua Dr. João Roberto Pires no bairro Cruzeiro do Sul, seja transformada em via única;
2. Do Sr. William de Souza Silva - Zidene solicita Executivo Municipal reparos nas calçadas de paralelepípedos na rua Cel. Amâncio Bueno e rua Sílvia Bueno, no centro.

PORTARIA Nº 52 DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação de Fiscal de Contrato respso pela fiscalização do cumprimento do contrato e dá providências.

ADILSON JOSÉ ABR

Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc... no uso das atribuições que lhe são conferidas por esta Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. Jorge Alexandre de Campos Lacerda Ortiz, portador do nº 7.306.108-6 e CPF nº 757.050.608-15 como Fiscal de Contrato abaixo descrito:

- Aquisição de equipamentos de informática - Processo Administrativo nº 349/2016.

Art.2º - O Servidor Fiscal qualificado deverá acompanhar a execução dos serviços.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 2º QUADRIMESTRE DE 2016, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 28 DE SETEMBRO DE 2016, ÀS 17:00 HS, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Luiz Carlos de Campos.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Luiz Carlos de Campos, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Luiz Gustavo Gothardo, Vice-Presidente; Rita de Cássia Siste Bergamasco, Secretária.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade explica o procedimento para a realização da referida Audiência.
 - O Assessor da Secretaria de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo o Assessor o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto às Secretárias da Câmara presentes na Assembléia;
- O Sr. Presidente passa a palavra ao Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para fazer a exposição das

METAS FISCAIS – 2º QUADRIMESTRE/2016

- Deixa livre a palavra aos inscritos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.

-
-
- Palavras do Sr. Presidente.
 - Encerramento da Audiência Pública.
 - Secretaria da Câmara Municipal, aos 28 de setembro de 2016

Assessoria de Administração e Finanças
Diretora Geral

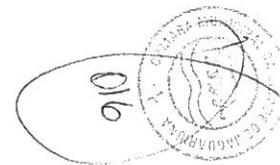


PREFEITURA DO MUNICÍPIO JAGUARIÚNA
Estado de São Paulo
Secretaria de Administração e Finanças

Metas Fiscais 2016

Audiência Publica em 28/09/2016

2º Quadrimestre





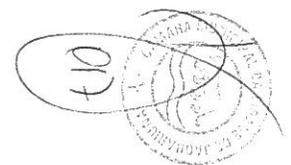
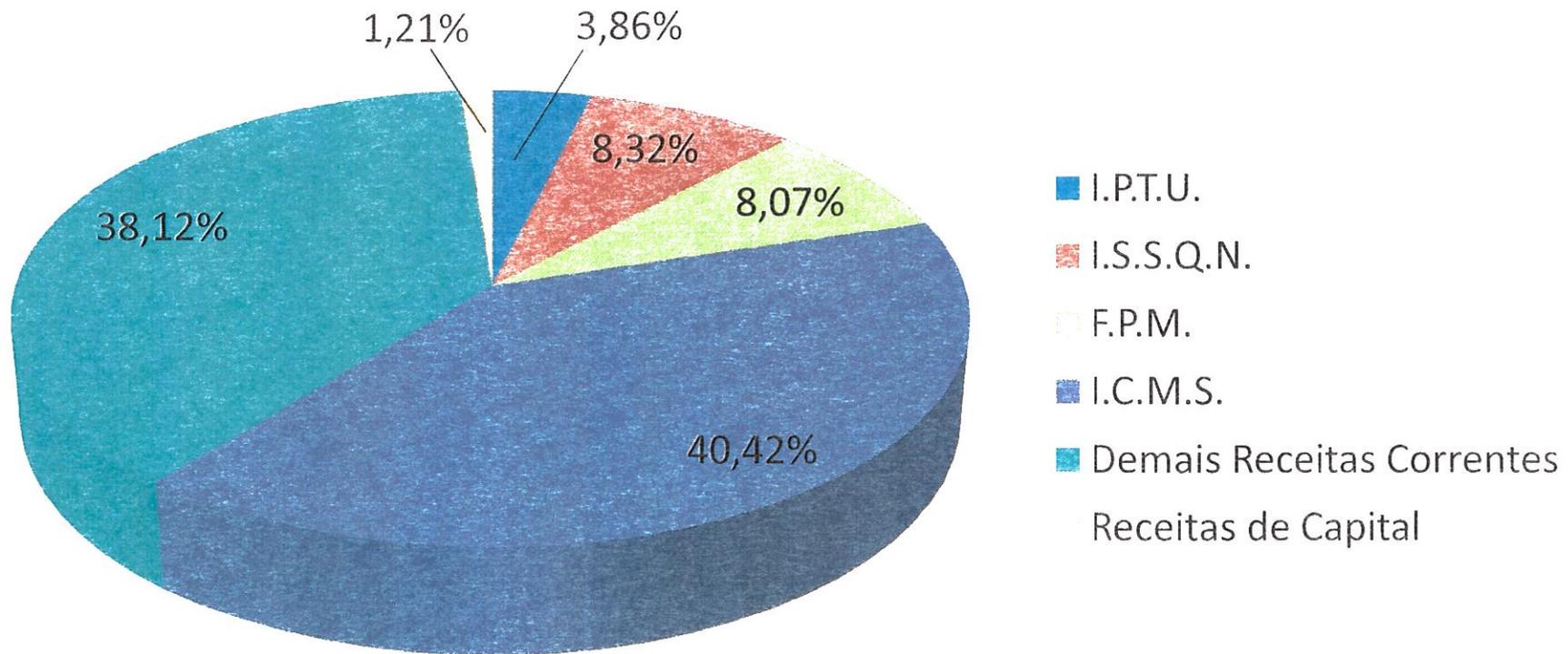
RECEITAS



RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		2º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 354.670.306,44	R\$ 213.503.897,94	60,20
I.P.T.U.	R\$ 10.750.100,00	R\$ 8.347.496,93	77,65
I.S.S.Q.N.	R\$ 33.676.000,00	R\$ 17.970.384,54	53,36
F.P.M.	R\$ 25.600.341,00	R\$ 17.438.144,06	68,12
I.C.M.S.	R\$ 140.000.000,00	R\$ 87.362.292,08	62,40
Demais Receitas Correntes	R\$ 144.643.865,44	R\$ 82.385.580,33	56,96
Receitas Correntes – Intra-Orçamentarias	R\$ 10.915.000,00	R\$ 6.083.704,86	55,74
(-) Contas Redutoras (ICMS,FPM, IPI, ITR,IPVA)	-R\$ 32.449.100,74	-R\$ 21.005.085,86	64,73
Receitas de Capital	R\$ 19.281.440,30	R\$ 2.609.014,79	13,53
Transferências de Capital	R\$ 19.048.240,30	R\$ 2.220.632,26	11,66
Outras Receitas de Capital	R\$ 233.200,00	R\$ 388.382,53	166,54
TOTAL	R\$ 352.417.646,00	R\$ 201.191.531,73	57,09



GRÁFICO - RECEITA





DESPESAS



DESPESAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		LIQUIDADO	PAGO
Despesas Correntes	R\$ 285.998.230,06	R\$ 195.950.164,54	R\$ 159.390.154,03
Pessoal e Encargos	R\$ 125.439.085,38	R\$ 85.013.456,06	R\$ 71.490.069,10
Outras Despesas Correntes	R\$ 160.559.144,68	R\$ 110.937.508,48	R\$ 87.900.084,93
Despesas de Capital	R\$ 33.787.707,80	R\$ 4.232.989,54	R\$ 3.638.850,78
Investimentos	R\$ 33.787.707,80	R\$ 4.232.989,54	R\$ 3.638.850,78
Outras Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva de Contingenciamento	R\$ 2.591.108,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 322.377.046,00	R\$ 200.183.954,08	R\$ 163.029.004,81

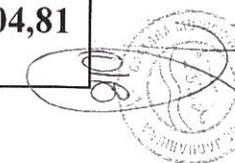
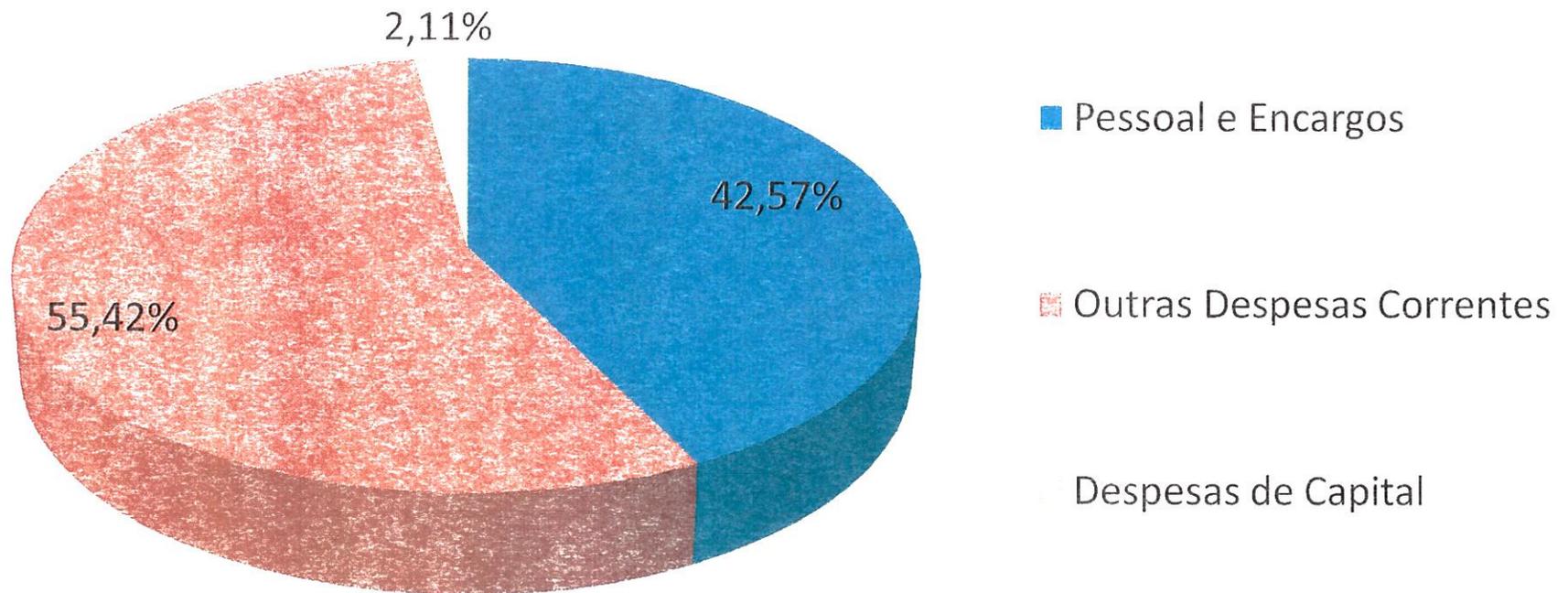




GRÁFICO - DESPESAS

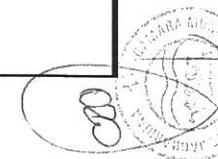




RESTOS A PAGAR



RESTOS A PAGAR DE <u>2012</u>	R\$ 20.724.493,95
(-) VALORES PAGOS (até 31/08/2016)	R\$ 18.803.705,44
CANCELADOS	R\$ 1.329.429,55
SALDO A PAGAR	R\$ 591.358,96





RESTOS A PAGAR



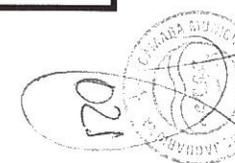
RESTOS A PAGAR DE <u>2013</u>	R\$ 12.771.589,33
(-) VALORES PAGOS (até 31/08/2016)	R\$ 12.447.156,20
CANCELADOS	R\$ 319.942,13
SALDO A PAGAR	R\$ 4.491,00



RESTOS A PAGAR



RESTOS A PAGAR DE <u>2014</u>	R\$ 19.012.378,16
(-) VALORES PAGOS (até 31/08/2016)	R\$ 17.846.306,54
CANCELADOS	R\$ 820.304,89
SALDO A PAGAR	R\$ 345.766,73





RESTOS A PAGAR



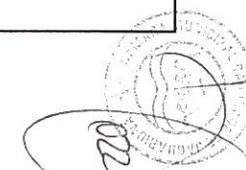
RESTOS A PAGAR DE <u>2015</u>	R\$ 18.672.294,76
(-) VALORES PAGOS (até 31/08/2016)	R\$ 16.638.670,21
CANCELADOS	R\$ 22.687,38
SALDO A PAGAR	R\$ 2.010.937,17



DÍVIDA CONSOLIDADA



ESPECIFICAÇÃO	3º QUADRIMESTRE 2015	1º QUADRIMESTRE 2016	2º QUADRIMESTRE 2016
DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ 30.480.432,50	R\$ 32.119.729,36	R\$ 30.080.936,57





RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



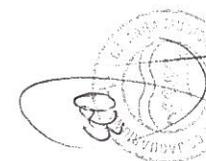
RECEITAS CORRENTES	R\$ 308.211.526,72
(-) Plano Previdenciário	R\$ 6.500.473,23
(-) FUNDEB	R\$ 29.958.966,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 271.752.087,32



APLICAÇÕES



ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 271.752.087,32
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 114.674.562,86
% EM RELAÇÃO R.C.L.	42,20%





RECEITAS DE IMPOSTOS



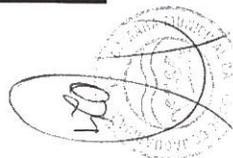
ESPECIFICAÇÃO	VALOR REALIZADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 33.544.034,47
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 17.902.231,91
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 95.355.813,39
TOTAL	R\$ 146.802.079,77



APLICAÇÃO NA SAÚDE



RECEITAS DE IMPOSTOS	R\$ 146.802.079,77
SECRETARIA EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ 26.006.132,64
ASAMAS-EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ 30.821.727,25
AUXÍLIOS E TRANSFERÊNCIAS	R\$ 5.554.330,69
TOTAL APLICADO	R\$ 51.273.529,20
% EM RELAÇÃO A RECEITA DE IMPOSTOS	35%





APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO



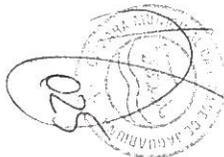
RECEITA DE IMPOSTOS	R\$ 146.802.079,77
DESPESAS COM EDUCAÇÃO	R\$ 34.184.038,55
(+) VALOR RETIDO FUNDEB	R\$ 21.005.085,86
(-) AUXÍLIOS	R\$ 5.214.085,15
VALOR APLICADO	R\$ 49.975.039,26
% EM RELAÇÃO A RECEITA DE IMPOSTOS	34%



FUNDEB



VALOR RECEBIDO	R\$ 21.312.058,94	
RENDIMENTOS	R\$ 40.406,17	
TOTAL	R\$ 21.352.465,11	
TOTAL APLICADO	R\$ 21.312.058,94	100 %
APLICAÇÃO MAGISTÉRIO	R\$ 16.251.990,05	76,3%





CRÉDITOS



SALDO EM 31/12/2015		ALTERAÇÕES	SALDO EM 31/08/2016
DÍVIDA ATIVA	R\$ 46.291.493,57	- R\$ 2.655.179,90	R\$ 43.636.313,67
SALDO PATRIMONIAL	R\$ 280.588.373,40	R\$ 4.232.989,54	R\$ 284.821.362,94



PREFEITURA DO MUNICÍPIO JAGUARIÚNA

Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

Metas Fiscais 2016

2º Quadrimestre

Tarcísio Cleto Chiavegato

Prefeito Municipal

Fernando Pinto Catão

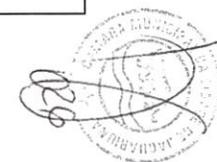
Secretario de Administração e Finanças

Wagner Ferreira de Brito

Controle Interno

Cristina Ap. Rossi Serra

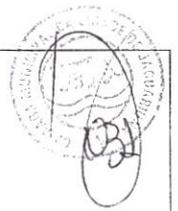
Diretora Depto. Contabilidade e Orçamento





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de dois mil e dezesseis, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 012/2016, datado de 8 de setembro de 2016, realizada no dia vinte e oito de maio de dois mil e dezesseis, às dezessete horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Adilson José Abrucez. Vice-Presidente Sr. Ângelo Roberto Torres. Secretários Srs. Luiz Carlos de Campos e Romilson Nascimento Silva. Presentes os Srs. Vereadores: Adilson José Abrucez, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos e Rita de Cássia Siste Bergamasco. Deixaram de comparecer os Srs. Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Luiz Gustavo Gothardo, Romilson. Nascimento Silva, Rodrigo da Silva Blanco e William de Souza Silva. Presente, também, o Sr. Wagner Ferreira de Brito, Diretor da Secretaria de Administração e Finanças, convidado, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que o mesmo fez parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, dez pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Adilson José Abrucez, deu início à Audiência Pública dizendo que a mesma era realizada para cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), motivo pelo qual passou os trabalhos daquela Audiência para a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na pessoa do seu Presidente, Vereador Luiz Carlos de Campos, que cumprimentou a todos e chamou para compor a Mesa, os Membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, estando presente, apenas a Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco, Secretária da Comissão, sendo que o Vereador Luiz Gustavo Gothardo, Vice Presidente, não esteve presente, e também, pela Prefeitura Municipal, representante da Secretaria de Administração e Finanças, o Sr. Wagner Ferreira de Brito; o Sr. Presidente da Comissão disse que o Sr. Wagner iria fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais e depois iria ficar aberto para o pessoal presente que quisesse se manifestar, questionar alguma coisa e que poderia fazer a inscrição com a servidora da Câmara para fazer as perguntas que achassem pertinentes; a seguir, passou a palavra para o Sr. Wagner Ferreira de Brito que cumprimentou a todos, dizendo que aquela era mais uma audiência necessária em função de uma obrigação legal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e que ela determinava que fossem feitas audiências, e existia um conceito da Constituição, também, de levar ao Legislativo e à Sociedade aquilo que o Executivo fazia, como ele vinha conduzindo aquilo que for orçado e eles colocaram ali alguns critérios que eram necessários o Executivo ter, que eram critérios que estavam expostos na Constituição e precisavam ser regidos, e que eles não abrangiam tudo o que se fazia no Executivo, mas se abrangia as Metas Fiscais, ou seja, aquilo que, financeiramente, ele projetou, até onde ele conseguiu alcançar; a seguir, colocando o quadro Receitas, disse que tinham as Receitas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

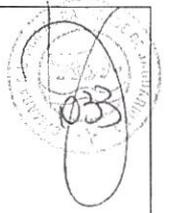


Correntes, trezentos e cinquenta e quatro milhões orçadas, e que valia lembrar que eles teriam um déficit de orçamento, porque embora eles tivessem orçado em trezentos e cinquenta e quatro, eles iriam perder em torno de sessenta milhões, naquele ano, sessenta milhões de reais daquilo que eles tinham orçado; disse ter falado numa reunião que teve na Casa, que estavam desde dois mil e quatorze numa crise financeira, e naquele ano de uma forma específica, tinham um grande problema porque com o agravamento da situação política, a situação financeira acabava sendo afetada, também, na expectativa que no ano que viria melhorasse; disse que no IPTU tinham uma previsão de dez, já tinham arrecadado oito e trezentos; ISS, trinta e três, arrecadaram dezessete; disse que esse ISS eles contavam com a vinda de algumas empresas que pudessem, realmente, elevar esse ISS, mas não foi assim, não foi como eles esperavam; o FPM, vinte e cinco, tinha vindo dezessete, por enquanto, a tendência era chegar mais próximo, o ICMS, tinham previsto cento e quarenta milhões, veio oitenta e sete, e as demais Receitas Correntes, receberam, por enquanto oitenta e dois; Receitas Correntes Intra Orçamentárias: disse que a intra orçamentária era a receita que o Jaguar Prev, o Instituto de Previdência dos Servidores, ele recebia, embora fosse uma receita pra ele, não era um dinheiro novo na Administração, porque aquele dinheiro já tinha entrado anteriormente, ele acabava até sendo uma despesa na Administração, mas entrava lá como Receita, e colocava ali para poder acompanhar, tinha uma previsão de dez, chegou em seis, cinquenta e cinco por cento; sobre as Contas Redutoras disse referiam-se às contas que eram deduzidas de ICMS, FPM, IPVA, e que os valores eram repassados pelos Governos Federal e Estadual, eles descontavam vinte por cento, e aquele desconto eles colocavam ali, e que eles chamavam de Contas Redutoras, e era assim que se contemplava o Orçamento; sobre as Receitas de Capital disse que tinham a previsão de dezenove e que vieram dois milhões e seiscentos só, ou seja, não veio nada daquilo que eles imaginavam, que eles gostariam que fosse, e que eles deviam estar acompanhando, eram dezenove milhões, vieram dois; disse que a maioria das Receitas de Capital eles tinham o desejo que viesse do Governo Federal ou do Governo Estadual, em função da crise que se aprofundou no Brasil até aquele dia eles estavam sofrendo, e comentando sobre o zumbido que estava fazendo o microfone, disse sobre a Transferência de Capital, eram dezenove milhões, e que vieram dois milhões, só, totalizando, dos trezentos e cinquenta e nove vieram duzentos e um, e que acreditavam que chegasse a duzentos e setenta milhões até dezembro, e que ali era o segundo quadrimestre, até agosto, e que acreditavam que chegaria a duzentos e setenta, para trezentos e cinquenta e dois, faltava, ainda, faltava um caminhão, oitenta milhões de orçamento, e que para chegarem em duzentos e oitenta, duzentos e noventa estava dentro da previsão; a seguir, pediu o próximo quadro, e disse que na tela anterior tinham arrecadado cinquenta e sete por cento do que eles tinham previsão, e que era inferior, e que no oitavo mês era para eles estarem um pouco mais, em torno de, pelo menos, sessenta e seis, sessenta e sete por cento, e que ali eles tinham um gráfico, o primeiro azulzinho de três e oitenta e seis era o IPTU, o IPTU era três e oitenta e seis por cento da Receita do Município; disse que ele se lembrava que o IPTU na Região, não só na Região Metropolitana, mas nos municípios comuns, chegava em torno



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

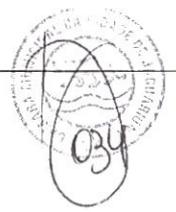


de sete por cento, dez por cento, e que se pegasse Campinas, a maior receita de Campinas era, nem era ICMS, era ISS, lá, era fortíssima a área; disse que aproveitava para fazer uma ressalva, e que o Gestor, na sua opinião, e que ele era financeiro, técnico e queria dinheiro, deveria trabalhar no ISS e no IPTU, e que o IPTU estava caminhando, mas o ISS, que era oito por cento, ainda era o menor ISS da Região, e que alguns municípios que tinham dois por cento, mesclavam dois, cinco por cento, bastante e que eles só tinham cinco por cento de ISS para bancos e para pedágio, e o ISS do Município era dois por cento, e que a lei falava que tinha que ser no mínimo dois, e no máximo cinco, e que estava aí algo que poderiam estar pensando em dar uma melhorada no ISS, jogar para três por cento, num primeiro momento para aquecer a economia, mas no ano que viria, pensar numa melhora nesse sentido, e que o ISS não pesava tanto assim, se aumentasse em um por cento, era cinquenta por cento da arrecadação, e que arrecadavam por mês em torno de dois milhões e meio de ISS, e que se colocasse de dois para três, iria ter em torno de três milhões e duzentos, três milhões e trezentos e que ISS era algo que valia a pena, e que o IPTU era algo que valia a pena rever também; a seguir disse que o FPM vinha de fora, ficava meio amarrado, e que o FPM dependia de duas coisas, quanto o Governo Federal arrecada com Imposto de Renda e quanto eles tinham de população, e que essa distribuição era "per capita" e que ele pegava do bolo que ele tinha, vinte e dois e meio por cento, ele distribuía aos municípios de acordo com a população, e que tinham ali o FPM, e o ICMS representava quarenta por cento, já chegou a representar sessenta e oito por cento, e que chegou uma vez a fazer o levantamento, era quase setenta por cento da arrecadação do Município, e que tiveram uma boa notícia do ICMS, e que há trinta dias atrás, aproximadamente, um pouco menos, talvez, saiu uma matéria no Correio Popular que o ICMS do Município aumentou, o índice aumentou em vinte e cinco por cento, ou seja, um quarto dos cento e quarenta milhões que eles previam, veio menos, e que iriam chegar a uns cento e setenta, cento e oitenta milhões, e naquele ano iriam chegar a uns cento e dez, cento e vinte, por aí, e que eram sessenta milhões, aproximadamente de ICM, e isso, considerando o todo, ele até ajudava, mas considerando o todo, exclamou: "Nossa! Sessenta, setenta milhões era uma diferença legal, será que vai ajudar muito?" Disse que o Orçamento para o ano que viria, e que iriam discutir, ainda, aumentou três por cento, só, e que eles já tinham a previsão, e que fizeram um ajuste no ISS, e que eles foram fazendo ajustes em função da crise, e que o Orçamento de trezentos e cinquenta e quatro, não se lembrava de cabeça e que estava no seu celular ali, mas ia a três por cento acima, trezentos e oitenta, alguma coisa assim, trezentos e setenta, três por cento, as demais Secretarias para manter o serviço iria ter que dar uma reduzida, quase dez por cento do que estava gastando, hoje, para poder ter um governo equalizado, financeiramente, equilibrado; disse que as Demais Receitas eles não colocaram porque era muito pulverizada, e que tinha SUS, tinha taxas, tinha licença, receita de água, e que receita de água eles arrecadavam em torno de um milhão e duzentos por mês, e que chegaram a arrecadar oitocentos desde... e que quem o lembrou disso foi o Irineu, e que em junho de dois mil e treze ele mandou um email para o Irineu e passava constantemente para o Prefeito que eles deveriam fazer um trabalho melhor na inadimplência, ou



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

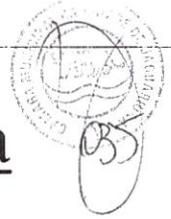


seja, se estivesse inadimplente, mandava uma cartinha avisando que iria cortar, e mudaria, e que arrecadavam oitocentos mil, praticamente cinquenta por cento, de oitocentos para um milhão e duzentos, quatrocentos, quatrocentos era cinquenta por cento da arrecadação, só avisando que iria cortar; disse que chegaram a quase um milhão e meio, mas foi um pico, porque a hora que eles começaram a mandar cartinhas todo mundo veio acertar, e que falavam das motivações, a pessoa pagava a Casa Bahia e não a Prefeitura, não protestava, não cortava, não fazia nada, era o que acontecia, e que hoje melhorou, e a tendência era melhorar ainda mais, e que esse era o gráfico da Receita; próximo quadro, Despesas: e que tinham ali Despesas Correntes, duzentos e oitenta e cinco e que foi liquidado cento e noventa e cinco, pagaram cento e cinquenta e nove, e qual a diferença de liquidado, perguntou? Disse que tinham três fases da Despesa: a Despesa Empenhada, a Despesa Liquidada e a Despesa Paga. Despesa Empenhada era um compromisso inicial que ele tinha, um contrato, por exemplo, de cem mil reais, e que fazia o empenho de cem mil; disse que conforme ele tinha utilizado desse contrato, por exemplo, a aquisição de detergente, veio lá uma nota, o seu contrato de um ano, global, era de cem mil, e uma nota de cinco mil, então, veio aquela nota e ele liquidava aquela nota, ou seja, ele estava atestando, confirmando o recebimento daquela mercadoria, e quando ele pagava, era o valor pago; disse que ele tinha a fase do empenho, da liquidação e do pagamento, e que eles trabalhavam muito com a liquidação, e por que trabalhavam com a liquidação? Porque a liquidação era a dívida que ele tinha, independente se ele pagou ou não, e que ele podia não ter pago, mas a liquidação ele estava devendo, já era despesa, e que tinham Despesa Corrente, Pessoal e Encargos, e que Pessoal e Encargos eles estavam com oitenta e cinco milhões, e que iriam ver o percentual dali a pouco, no outro quadro, e que Outras Despesas Correntes eram os contratos, que eles tinham de manter, a manutenção da cidade, manutenção da Saúde, manutenção de uma forma geral entrava ali; Capital eram construções, quando se fazia uma construção ou adquiria um veículo, um equipamento hospitalar, ambulância e etc. Disse que conseguiram gastar quatro, e no quadro anterior viram que receberam dois; disse que recebeu dois e gastou quatro, ou seja, embora seu investimento fosse pequeno, dois por cento como eles iam ver no quadro seguinte, fosse só dois por cento, o Município investiu o dobro do que aquilo que recebeu; Outras Despesas de Capital: não tinham Reserva de Contingenciamento e que Reserva de Contingenciamento era um valor que deixavam no Orçamento para que, se tivesse alguma despesa de algum imprevisto financeiro, eles utilizariam a Reserva de Contingência, e que isso acabava sendo uma estratégia contábil, criada, inclusive, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mas se tivesse um contingenciamento de dez milhões, tivesse um imprevisto de dez milhões, se perdeu, mas que colocavam porque era um dever legal, e que esse era o quadro dos trezentos e vinte e dois, eles já liquidaram duzentos, ou seja, um terço, um pouco menos que dois terços, e que a Receita estava cinquenta e pouco, e que a Receita ainda estava menor, e que ele tinha uma lacuna aí que o Prefeito teria que ajustar nesses últimos quatro meses; o próximo quadro, era o Gráfico de Despesas, e que ele disse que eles tinham dois por cento só de Despesa de Capital, que eram os investimentos, Pessoal e Encargos estava quarenta e dois



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

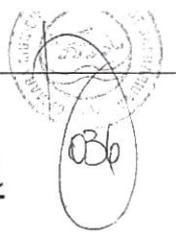


vírgula cinco por cento, o limite constitucional era de cinquenta e quatro, e o limite prudencial era de cinquenta e dois, isso, arredondando, e da Câmara era seis por cento, e a manutenção estava em cinquenta e cinco por cento, ou seja, o gasto com pessoal, quarenta e dois, e a manutenção estava em cinquenta e cinco; próximo quadro: Restos a Pagar: disse que pegou o saldo do que tinham de Restos a Pagar de dois mil e doze, aquilo que estava regularmente empenhado, e iam trazendo, e que hoje faltava só quinhentos e um mil para pagar de dois mil e doze; próximo: dois mil e treze: faltava só quatro mil e que, se ele não se enganava eram duas rescisões, pessoas que faleceram e ainda não conseguiram levantar; próximo: dois mil e quatorze: dos dezenove faltava trezentos e quarenta e cinco mil; dois mil e quinze, faltavam dois milhões a pagar, e que essa era a Dívida Consolidada, e que nesta Dívida Consolidada entravam as dívidas todas que o Município teve, parcelamento e etc. que nem sempre entravam naqueles "Restos a pagar", lá, e que a maioria não entrava nos Restos a Pagar, e que tinham trinta milhões de dívidas acumuladas, e que passaram para trinta e dois, e hoje estavam com trinta de novo e que estavam com o mesmo valor aproximadamente, devendo o mesmo valor aproximado, e que teve uma redução na Dívida Consolidada, e que ela se chamava "Consolidada" porque era aquilo que ele tinha a longo prazo, eram financiamentos, dívidas com o INSS, PASEP, Jaguar Prev, e que era essa a Dívida Consolidada do Município; disse que o próximo quadro era da Receita Corrente Líquida e que ele precisava entender um pouco, porque a Prefeitura iria usá-la para aplicar em pessoal e, na verdade, ela tirava a Receita que era previdenciária, porque não era Receita, e aquilo que arrecadava não era Receita, porque era uma Despesa do Município, porque ele entrou, estava saindo, estava entrando lá mas, não era uma Receita e o FUNDEB era a mesma coisa, e para que não desse duplicidade era deduzido, era o FUNDEB; disse que tinha uma Receita Corrente Líquida de duzentos e setenta e sete milhões, e lembrou que a Receita Corrente Líquida era feita dos últimos doze meses, e ele tinha pego de setembro do ano passado até agosto, daí tinha duzentos e setenta e um vírgula sete milhões, e ia usar aquela Receita Corrente Líquida para fazerem algumas avaliações; outro quadro era do valor das aplicações, que tinha Despesa com Pessoal no valor de quarenta e dois vírgula vinte, e se tinha duzentos e setenta e um de Receita Corrente, a Despesa com Pessoal era cento e catorze, meia sete quatro, cento e catorze vírgula seis milhões até agosto, lembrando que aquela Despesa de Pessoal pegava também de setembro do ano passado até agosto do ano corrente; disse que ele estava indo rápido porque eram coisas que todos já estavam acostumados, então, ele estava dando uma acelerada e naquele dia e no dia seguinte o pessoal ainda tinha compromissos, tinham comícios; no quadro de Receitas de Impostos, precisava saber quanto a Prefeitura estava aplicando em Educação e em Saúde, e se pegasse as Receitas de Impostos Municipais, que era ISS, IPTU, IRRF, tinha trinta e três vírgula cinco milhões de impostos e quando pegava o Federal, basicamente FPM e do Estado era IPVA e ICMS, então, tinha lá a soma de impostos, cento e quarenta e seis vírgula oito e o legislador entendia que ele fazia a conta, em cima de imposto, porque ele entendia que ele não tinha um vínculo que exigia uma contra partida, um gasto do Município e o imposto não, o próprio nome já era sugestivo, ele era



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

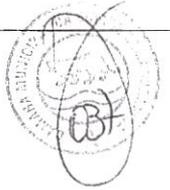


imposto para pagar; IPVA não interessava, tinha de pagar; em Saúde e Educação, o Governo tentava vincular, era diferente de uma taxa de água que existia uma contrapartida da Prefeitura e imposto não tinha contrapartida, pagava sem contrapartida, assim era no Estado e na União; falou que iriam ver alguns quadros que dependiam daquele quadro; disse que na Saúde foram aplicados trinta e cinco por cento da Receita de Impostos, e deveria aplicar no mínimo quinze; e a conta era feita pegando os impostos liquidados da Saúde, os empenhos liquidados da ASAMAS, deduzia o que recebeu de auxílio da Saúde, porque não seria justo colocar aquilo que recebeu, o legislador entendia que deveria excluir, e tinha cinquenta e um vírgula dois milhões, que equivalia a trinta e cinco por cento da Receita de Impostos; no quadro da Educação, falou que a Constituição determinava que gastasse no mínimo vinte e cinco por cento, e estavam gastando trinta e quatro por cento, nove por cento a mais do que o mínimo exigido e do mesmo jeito fazia o cálculo, que tinha lá a Receita de Impostos, deduzia o valor do FUNDEB, que era um valor que vinha de fora, que era uma conta separada do FUNDEB, não poderia aplicar vinte e cinco por cento, tinha de aplicar cem por cento porque aquele dinheiro vinha exclusivo para Educação, e excluía os auxílios, e foi aplicado quarenta e nove vírgula nove, cinquenta milhões arredondado que equivaleria a trinta e quatro por cento da Receita de Impostos, do dinheiro que entrou, que não tinha compromisso com ele; no outro quadro falou sobre o FUNDEB, que precisaria gastar, no mínimo, cem por cento e já foram gastos, e entrou vinte e um trezentos e cinquenta e dois, já gastaram praticamente cem por cento dos trezentos e doze que vieram, e rendeu quarenta mil só; aplicação no Magistério de setenta e seis e do dinheiro que vinha do FUNDEB, tinha no mínimo, sessenta por cento para despender com pagamento de professor e estavam com setenta e seis, e no último quadro que tinham lá estava um pouco mais do que aquilo, mas no FUNDEB estavam com setenta e seis e o mínimo era sessenta e do total, se tinha de aplicar sessenta por cento no Magistério, os outros quarenta ele poderia gastar com outras áreas da Educação, mas não poderia, por exemplo, em merenda e era interessante que alimentavam todas as crianças com a merenda, e elas precisavam da merenda para poderem ficar fortes, para terem uma qualidade de estudo melhor, e eles não conseguiam aplicar com Educação, até vinha dinheiro, mas vinha um valor pequenininho e era o tanto que gastava; tipo o SUS e Despesa com Saúde; créditos, tinha saldo em alterações e saldo em trinta e um do oito; dívida ativa, tinham quarenta e seis vírgula dois milhões, já receberam seis e tinha lá quarenta e três vírgula dois milhões, caiu em torno de dois vírgula seis milhões; saldo patrimonial tinha duzentos e oitenta vírgula cinco milhões, arrecadou, incorporou quatro milhões com compra, e tinha lá duzentos e oitenta e quatro vírgula oito milhões de crédito; ou seja tinha patrimônio físico e patrimônio financeiro que era a Dívida Ativa, embora chamasse dívida, ela não era dívida da Prefeitura, os contribuintes que tinham dívidas, por isso que chamava dívida ativa; a seguir, o Sr. Presidente agradeceu a explanação do Sr. Wagner e disse que se os Vereadores quisessem fazer algum questionamento e as pessoas presentes também, se quisessem fazer alguma pergunta, era só se inscreverem com a Dani que estava com a prancheta na assembléia; pediu a palavra o Sr. Adilson José Abruzez; que disse que falavam tudo e depois ele ficava sempre



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

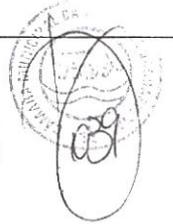


com um pouco de dificuldade de lembrar e ele anotava as dúvidas; disse que ia começar pelo fim, pedindo ao Sr. Wagner para explicar o valor patrimonial, a alteração, porque ele não conseguiu entender; o Sr. Wagner disse que o patrimônio era aquilo que tinha físico, os veículos, os prédios, os móveis, os equipamentos do hospital, e estavam revendo e que contabilmente existia uma exigência de fazer uma reavaliação; fazia o inventário de tudo que se tinha e ia fazendo os ajustes necessários, porque estavam com o patrimônio defasado, tinham os valores originários de compra, que precisaria, na verdade, fazer atualização, e amortizar, nos casos que precisavam, como o veículo ia perdendo valor, não ia ganhando e um terreno ia ganhando e não perdendo, e estavam caminhando para aquilo; eles tinham feito alterações contábeis, inventários, e o responsável pelo levantamento era o André que ia fazendo o inventário e passando para eles e eles iam fazendo incorporação, como por exemplo, construção da escola do Europa, ele achava que era uma creche e que ela entrou lá também, porque quando fazia uma construção, ele incorporava no patrimônio, então, eram obras, equipamentos e veículos que eram as alterações; o Sr. Adilson perguntou se no caso lá, a dívida Ativa fazia parte do patrimônio e o Sr. Wagner disse que não, e que aquilo que ele falou era a variação patrimonial, os bens físicos e não financeiros, e que a dívida ativa eram as pessoas que deviam e em variação patrimonial eram os bens que se tinha; a dívida ativa eram os créditos que tinha; a seguir, fez uso da palavra, devidamente inscrita, a Sra. Maria Elisa Rita Granato, Presidente do Sindicato de Servidores de Jaguariúna, que depois de cumprimentar a todos, disse que ela gostaria de entender a dívida, e perguntou ao Sr. Wagner quanto que ela estava; o Sr. Wagner perguntou que dívida e ela disse que era a dívida do Município, de modo geral; o Sr. Wagner falou que estava naquele quadro de dívida consolidada e mais os restos a pagar que viram; a Sra. Rita disse que, então, tinham trinta milhões em dívida, o Sr. Wagner disse que sim, e ela disse que poderiam ser boatos, mas que ouviu falar que poderia estar chegando até o final do ano, novamente mais de cinquenta milhões e perguntou se ele acreditava que chegaria até aquele valor; o Sr. Wagner disse que aquela era uma dívida consolidada que já vinha vindo com o tempo e que o que ela estava falando era dívida daquele exercício que ia depender muito do comportamento do gestor até o final do ano e se ele fizesse cortes ele conseguiria fechar direitinho e se não fizesse cortes, daí a dívida crescia; a Sra. Rita disse que a preocupação dela como sindicato, era justamente nos salários e décimos terceiros, férias que teriam no decorrer do ano, e perguntou ao Sr. Wagner se existia a possibilidade da Prefeitura garantir, mesmo com aquela dívida, de que não iria mexer no salários deles, ou ainda era cedo para ele dar um parecer, porque as horas extras já estavam separadas, e pelo que entendeu na explicação, se colocassem as horas extras junto com o pagamento, no quinto dia útil, não teria dinheiro naquela época para pagar, e pediu a ele que explicasse, porque estavam em quatro servidores lá; o Sr. Wagner disse que em relação a garantir, não existia uma garantia, o ideal era cumprir a lei na risca, e dependia muito do fluxo, e ele não acreditava que nenhum dos candidatos tinham a menor pretensão de deixar de fazer pagamentos em função da crise financeira, e o que ele tinha para passar para ela, ele não conseguia dar aquela garantia porque não era ele que assinava os cheques, embora ele não visse



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

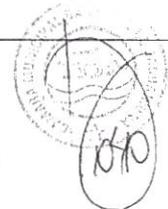


dizendo que gostaria de pedir para quem tivesse no "aquário" que colocasse o quadro "Despesas", se era muito difícil ou não e que ele queria fazer uma pergunta e era bom que todos pudessem ver; o Sr. Adilson disse ao Wagner que foi falado de Dívida Consolidada que era uma Dívida a longo prazo, era aquela que já estava contratada aquela Dívida Consolidada; para se ter uma ideia do déficit do ano, ele achava que aquele quadro era bem claro, eles tinham liquidado no momento, juntando Despesas de Capital, Reserva de Contingenciamento, duzentos mil, duzentos milhões e tinham pagos cento e sessenta e três milhões, ele não sabia se fizesse a conta dava vinte milhões, mais ou menos, trinta e sete milhões, aquilo era do ano, até o momento, aquele era o déficit operacional do ano, era aquilo, perguntou ao Wagner? Voltando a palavra, o Sr. Wagner disse que não, lá a diferença entre o liquidado e o pago, aquilo que ele tinha comprado e aquilo que foi pago, o déficit teria que avaliar com o quadro de Receita anterior, até o quadro da Receita anterior dava duzentos e um, dois quadros anteriores; Receitas, então se pegasse o que estava liquidado e Receita que tinha, existia um equilíbrio, era para dizer assim; pedindo o palavra o Sr. Adilson disse que estaria equilibrado; voltando a fala ao Sr. Wagner, este disse que estaria equilibrado, falou ainda porque, no momento, ainda não tinha muito fluxo? Porque o Município como tinha Dívida Consolidada não poderia deixar lá e falar "ah! a Dívida Consolidada fica lá", ele tinha que pagar; então, Restos a Pagar de anos anteriores que já foram vistos, um ano tinha dezesseis, dezoito, outro tinha vinte, então, o dinheiro do exercício pagava as Despesas do exercício mais as dívidas anteriores que ficaram; disse que o Tarcisio chegou a pagar quase quarenta milhões de dívida, então, eles percebiam o que? Entrava um dinheiro, mas ele tinha um compromisso, não poderia falar assim dois mil e quinze não iria pagar mais, dois mil e treze não iria pagar mais, dois mil e catorze não iria pagar mais, então, ia pagando, por isso que não tinha fluxo financeiro, não poderia ignorar a Despesa que tinha; então, pegava só a Receita e a Despesa Liquidada, se pegasse a empenhada era enorme, se pegava a Liquidada que, efetivamente, ele tinha adquirido existia um equilíbrio, porque não existia aquele equilíbrio financeiro? Existia equilíbrio Orçamentário, mas Financeiro não tinha, porque pagava a coisa anterior; voltando a fala o Sr. Adilson José Abruze disse que estava esclarecido; a seguir, pediu a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco dizendo na questão da Dívida que tinha visto que tinha, ele tinha uma noção de onde iria cortar aquilo? O Wagner disse que não tinha a plena noção, ele tinha um monte de sugestões que ele passava ao Prefeito, então, existiam diversos contatos que conseguia enxugar, tinha diversas ações que poderia trabalhar para que tivesse, por exemplo, protesto da dívida, era uma coisa que fazia três anos que tentava convencer e tinha saído, ele achava que uns quinze, vinte dias já começava o protesto, efetivamente, daí entrava o recurso, pelo tom que ele falava haveria cortes de pessoas também, então, corte de pessoal e contratos de uma maneira geral, tinha que enxugar; voltando a palavra à Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco disse, se o corte de Pessoal era RPA, MEI, o pessoal contratado da Educação; voltando a palavra ao Sr. Wagner disse que não e que mais forte que aquilo eram os comissionados; a Vereadora repetiu dizendo que eram os comissionados; voltando a fala o Sr. Wagner este disse que eram os comissionados, pelo tom que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

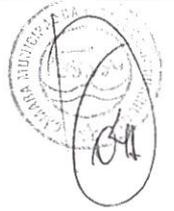


ele estava acostumado a trabalhar com o Tarcísio ele não iria ser radical, ele entendia que iria ter corte, iria ter corte e precisava ter corte, não só do pessoal, pela experiência que ele já teve com o Prefeito anteriormente, ele tinha muito aquilo que o corte pessoal resolvia; o Sr. Wagner, particularmente, disse que só o corte de pessoal não resolveria, ele achava que teria que ser mais a fundo; sugestões tinham bastante, mas ia avaliar o que iria fazer tanto para aumentar a Receita como a Despesa, diversos contatos, diversas áreas que dariam para mexer, iria depender agora dele, ele não trouxe a listinha dele das ações; ele iria ver se tinha cravado uma informação, ações de Receitas, eram algumas coisas que eles estavam vendo; aumentar a alíquota de ISS, ISS do Rodeio, cobrar a limpeza que se fazia, protesto de Dívida Ativa, vendas de ativos, tinham ativos nas Duas Marias, no Florianópolis tinha uma área para vender, cobrança de loteamentos que estavam para entrar, corte de água já estava acontecendo, buscar ações na AMBEV e Flextronics, uma pequena mudança de radar estava sendo instalada perto do Condomínio Industrial e mais duas que eram a Ypê e a Copial que precisava de uma área do Município e talvez retornaria o valor, aquilo era da Receita; da Despesa ele tinha colocado parcelamento da Apple e da FAJ, revisão de cargo indicados, substituição de RPA para estagiários, corte de RPA, MEI, corte de hora extra, redução salarial do comissionado, que tinha sido uma ideia do Prefeito, ele achava que não era possível aquilo, rever cardápio da merenda, daí conseguia trabalhar com economia, pro-labore para os policiais, locação de viaturas, redução do Contrato com o CONSAB, redução do contrato do entulho, demais contratos, alguns projetos que estavam em andamento; redução dos contratos tinha colocado vinte por cento, talvez conseguiriam chegar, uma das coisas foi ele que sugeriu, o restante eles estavam batendo fazia um tempo, eram coisas que foram passadas para o Prefeito, RPA, MEI, cargo comissionado, hora extra, tinha que ser criativo, o ano que viria, mesmo com o convênio do ICMS eles não iriam nadar de braçada, não, ele achava que seria um ano...; voltando a palavra à Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco, esta perguntou qual seria a previsão para o ano vindouro? Voltando a palavra ao Sr. Wagner, este disse que era de três por cento, daí se pegasse três por cento como iria dar aumento para o Pessoal, por exemplo, se desse um aumento de cinco por cento para o Pessoal, teria que reduzir quase dez por cento, teria que reduzir em outro lugar, tinha três por cento de aumento, dava cinco para um, o outro teria que dar redução, então, o ano que viria ele teria que acompanhar; voltando a palavra à Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco, esta disse que a previsão do Orçamento para o ano vindouro era de três por cento de aumento no total da Receita; o Sr. Wagner disse que era três por cento no total; pediu a palavra o Vereador Adilson José Abruhez dizendo que, se ele não estivesse enganado na Audiência Pública do Primeiro Quadrimestre tiveram aquela conversa que teve naquele momento com a Rita, eles tiveram lá, e já estavam passando uma série de sugestões naquelas metas, ele não sabia qual era a data, primeiro quadrimestre era mais de um mês depois, maio não é? O Sr. Wagner também estava alertando se não tomasse as providências que ficaria cada dia mais difícil; ele entendia que, quanto mais perto estava do precipício, mais força tinha que fazer para não cair; se tivesse naquela época já feito uma série de providências, ele achava que estava amaciando aquela frenagem que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

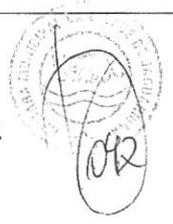


estavam fazendo porque não podia terminar o mandato com déficit, ele acreditava que seria brusca a pancada; usou a palavra o Sr. Wagner Ferreira de Brito dizendo que não poderia terminar com déficit, na verdade, não era porque não podia terminar com déficit, ele ia tentar passar tecnicamente, o Tribunal tinha algumas visões, por exemplo, se o ano anterior ele tinha fechado com déficit de dois por cento, se esse ano ele fechasse com déficit de três por cento, era um mau gestor, ia fazer um apontamento, pegar no pé, talvez até desaprovasse as Contas, mas, se ele tinha deixado dois por cento e nesse ano ele tinha deixado um, ele tinha melhorado, então, aquele crescimento era importante, aquilo que a turma falava e, normalmente, se falava que não poderia deixar dívida era o seguinte: nos últimos oito meses de mandato, então, de maio a dezembro, se tivesse de maio a dezembro, não de janeiro até abril, de maio a dezembro dívida que não tivesse suporte financeiro para poder pagar ou saldar no exercício seguinte, além de ser um crime administrativo e de responsabilidade, seria um crime de esfera penal, também, o Prefeito responderia criminalmente, então, existia algumas visões, se você estava com o superávit e tinha dado o primeiro déficit, mas se tinha um déficit pequeno não nos últimos oito meses, voltando ao déficit, tinha um déficit pequeno em função de uma crise atual como estavam tendo no momento, conseguia explicar mas, se tivesse um déficit grande o Tribunal alertava, aquilo que ele passava para eles e passava para o Prefeito, aquilo o Tribunal via porque ele fazia um caderno, o Tribunal vinha, aquilo era um controle interno, era grande, ele não fazia só aquilo, eram várias folhas, tudo aquilo o Tribunal vinha, e olhava caderno por caderno, tem coisa que ele falava que o Controle Interno tinha anotado e a Administração não, não tinha praticado aquilo que o Controle Interno fazia, eles orientavam, tinha que ter lei, o Tribunal analisava se tinha uma déficit pequeno, mas era justificável, tanto que, ele ouviu falar que estavam querendo fazer uma lei por causa da dificuldade daquele ano que os municípios estavam todos quebrados, ninguém iria conseguir fechar; oitenta e três por cento vírgula sete dos municípios estavam todos quebrados, estavam querendo mexer na lei para poder flexibilizar aquela exigência da lei porque todo mundo estava numa situação difícil, não sabia como ia sair, mas era aquilo que ele tinha escutado; pediu a palavra, novamente, o Sr. Adilson José Abracez dizendo ao Wagner que era só para aproveitar e que tinha dado para entender mais ou menos, se vinha com um déficit já anterior e pagando déficit, justificava, amortecia aquele impacto também, por exemplo, estava chegando no final do ano quatro por cento a mais ele pagou dez da outra anterior, dívida antiga, também justificava porque não tinha sido uma má gestão? Teria essa...; voltando a palavra ao Sr. Wagner ele disse que teria que colocar tudo aquilo no papel, tinha que colocar o pagamento que tinha sido feito, ele falava da visão técnica que tinha do Tribunal, conseguia conversar com o Tribunal acabando não sendo tão rígido na lei, naquilo que eles imaginavam, se tivesse uma boa justificativa, comprovar documento, conseguia conversar, por exemplo, "ah! fechei com déficit de dez", não tinha explicação, déficit de dez era muito, fechou com um e meio, quando foi no ano passado, um vírgula oito, entendeu, acima de cinco por cento era até para conversar, reduzir, aumentar, cinco por cento ele não aceitava era déficit pequeno se fosse pequeno de zero mês e tinha aumentado oito, iria responder, e o Tribunal



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

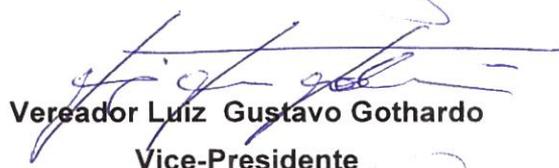


avaliava aquilo, então, teria que estar bem justificável; naquele momento o Presidente da Comissão perguntou se havia mais alguém inscrito, Rita; agradeceu a presença do Wagner mais uma vez e que iriam ver a próxima no ano vindouro, era para ver quem estaria lá para receber o Wagner e ele sabia que ele estaria à frente com competência, orientando a parte técnica; agradeceu mais uma vez, a Rita, os funcionários da Prefeitura, aos Vereadores presentes, Alzira e pediu que aqueles que não assinaram a lista de presença se pudessem assinar; agradeceu e encerrou a Audiência. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.



Vereador Luiz Carlos de Campos

Presidente



Vereador Luiz Gustavo Gothardo

Vice-Presidente



Vereadora Rita de Cassia Siste Bergamasco

Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 4 de outubro de 2016

Ao Senhor
Vereador Adilson José Abracez
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de 2016, acontecida no dia 28 de setembro de 2016, nesta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

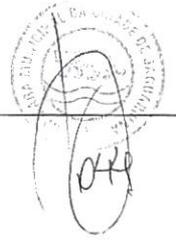

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	759
Fla Nº 029	Livro Nº 034
05/10/16	<i>Daniel</i>
SECRETARIA	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



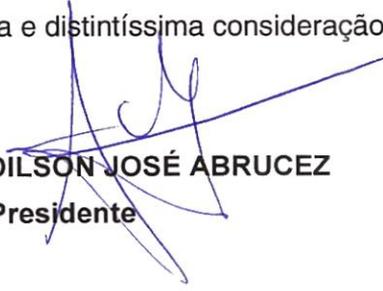
Jaguariúna 05 de outubro de 2016

Ofício n.º 422/2016.-PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de 2016**, realizada aos 28 de setembro do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Tarcisio Cleto Chiavegato
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

